

DO BRANQUEAMENTO À BRANQUITUDE: A BRANQUITUDE REFORÇADA PELA EDUCAÇÃO.

Débora Cristina Schmidt Evangelista
Universidade Federal de Mato Grosso
deboracschmidt@gmail.com

Este trabalho surge como uma tentativa de resposta às inquietações e reflexões acerca do papel que a branquitude têm no pensamento educacional brasileiro. Como professora e pesquisadora branca tal inquietação tornou-se presente na minha vida profissional e consequentemente na minha vida pessoal, inquietação que provocam mudanças, rupturas e reformulam vivências. Sendo assim esta inquietação culminou em uma questão central, acerca de como a branquitude se consolidou no interior das instituições escolares e como estas instituições, que deveriam ser de aceitação de toda uma diversidade cultural, mantém e propagam o racismo presente na sociedade brasileira. Para isso, procuraremos, de maneira empírica, através de uma revisão bibliográfica o teor de responsabilidade que as instituições escolares e os sistemas de ensino têm na reprodução da branquitude que subsidia a discriminação e o preconceito contra a população que não se encaixa neste perfil racial, os não-brancos. A branquitude, apesar de se encontrar viva e presente no pensamento social brasileiro, é muito difícil de ser vista, caracteriza-se por privilégios intrínsecos ao nascimento do estado brasileiro como nação e, como afirma Ware (2004) está internalizada em cada brasileiro, ou você está dentro ou está fora dela. E se você estiver dentro, mas quiser sair, terá que lutar contra si mesmo, já que a branquitude internaliza-se em cada brasileiro, no modo de falar, pensar, se comportar, nas posições e nos silêncios dos indivíduos e no desejo de aceitação pela maioria, por mais que algumas pessoas se percebam vítimas desse um modo de pensamento racializado. E o limite entre estar dentro ou fora, são as marcas fenotípicas que cada um carrega, os privilégios que cada um possui. Portanto, conforme podemos nos embasar em Schucman (2020) para apontar que a branquitude nada mais que é uma construção ideológica baseada no critério de raça consolidada pela elite intelectual brasileira do século XIX oriunda de uma política de consolidação da criação do Brasil como um Estado-nação e que se aproveitou da política de imigração para moldar o ideal de cidadão brasileiro, baseado na estética branca, que valoriza os cabelos lisos, olhos e pelo clara e traços finos. O modo como a estética branca foi estruturada no imaginário de cada um dos brasileiros propiciou que branquitude fosse o projeto de política

brasileira de maior sucesso e duração em vigor no Brasil. E se não fossem os aparelhos que instrumentalizam a ideologia do estado brasileiro, a branquitude não estaria em vigor até hoje. Quando assistimos televisão, lemos um jornal, uma revista, raramente nos deparamos com imagens positivas de pessoas negras, a mídia é um instrumento que auxilia a calcar a branquitude e seus privilégios no nosso pensamento social. As instituições também, raramente observamos pessoas não-brancas ocupando espaços de gerência ou chefia. Uma das estratégias para que o pensamento a branquitude se consolidasse no ideal de pertença do brasileiro era realizar uma ligação entre raça e moral, sobretudo como ideal europeu. Tal modo de pensar, de valorização da identidade europeia foi incorporada até pelas pessoas não-brancas que estivessem nas camadas sociais intermediárias como estratégia, consciente ou não, de ascensão social e de pertença nacional, desvalorizando qualquer traço cultural negro (DOMINGUES, 2002). A desvalorização daquilo que não fosse branco europeu, funcionava como um mecanismo de defesa por essa parte da população para sentir-se inserido no meio social dominado pela elite branca, nascia então a expressão racista “negro de alma branca”, juntamente com tantas outras expressões que alimentariam um racismo falseado, não-explicito. Estes mesmos “negros de alma branca” ou tantos outros não-brancos, que frequentavam a vida social da elite branca, através dos gestos, olhares, falas e expressões não deixavam de ser quem eram, apenas negros de alma branca. Esta marcação de lugares e posições, construiu no senso comum a falsa ideia de harmonia racial, a ausência explícita de conflitos foi objeto de estudo de sociólogos que acreditavam que a democracia racial brasileira era realidade. Entretanto, mesmo sem conflitos diretos as relações raciais no Brasil, como foi construída, a partir do papel fundamental da construção ideológica da branquitude, nunca deixou de ser segregacionista. A falta de leis de segregação não impediu que a branquitude segregasse os não-brancos em seus próprios lugares e que “apesar dos afetos, cada um sabe o seu lugar” (SOVIK, 2009, p. 34-35). Esta hierarquia, naturalizada e imposta pela invisibilidade da branquitude pode ser percebida no interior das instituições escolares ao observarmos como as relações raciais estão inseridas dentro do livro didático através de imagens que ainda reafirmam esterótipos negativos quanto a identidade racial negra e positivas quanto a identidade racial branca, ou seja, quando trazem a imagem do negro escravizado, do bandeirante branco e imponente ou em histórias que ainda demarcam que o indígena vive exclusivamente na aldeia. O letramento racializado branco propaga e faz com que aprendamos a ser racistas, causando o “fenômeno da domesticação”, pelo qual os negros foram obrigados a seguir (NASCIMENTO, 2016). Assim, compreendemos que a escola tem papel fundamental na construção de uma nova sociedade, através de novos paradigmas e referências epistemológicas, “a escola é um lugar privilegiado para a convivência

com a diversidade humana, porém, a forma como vem acolhendo a diversidade impede que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas” (CARDOSO; DIAS, 2017 p. 298). Ou seja, consideramos que a escola continua a impor no senso comum falsas ideologias de que não existe racismo no interior da sociedade brasileira e propagar um ideal de brancura estético branco como norma de padrão hegemônico. Dessa forma, acreditamos que a educação que poderá a mola propulsora para a mudança social, apontando para um novo modelo social propiciando oportunidades iguais a todos, independente das marcas físicas que traz consigo.

Palavras-chave: Branquitude. Relações Etnico-Raciais. Educação.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, CÍNTIA; DIAS, LUCIMAR ROSA. A INVESTIGAÇÃO ACADÊMICA SOBRE PROCESSOS DE BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO INICIAL. *IN*: CARDOSO, LOURENÇO; MÜLLER, TÂNIA M. P. (ORG). BRANQUITUDE: ESTUDOS SOBRE A IDENTIDADE BRANCA NO BRASIL. CURITIBA: APPRIS, 2017.

DOMINGUES, PETRÔNIO. NEGROS DE ALMAS BRANCAS? A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO NO INTERIOR DA COMUNIDADE NEGRA EM SÃO PAULO, 1915-1930. ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, ANO 24, Nº 3, 2002, P. 563-599. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/PDF/EAA/V24N3/A06V24N3.PDF](https://www.scielo.br/pdf/eaa/v24n3/a06v24n3.pdf) ACESSO EM: 12 JUL DE 2020

NASCIMENTO, ABDIAS. O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO: PROCESSO DE UM RACISMO MSACARADO. 3. ED. SÃO PAULO: PERSPECTIVAS, 2016.

SCHUCMAN, LIA V. ENTRE O ENCARDIDO, O BRANCO E O BRANQUÍSSIMO: BRANQUITUDE, HIERARQUIA E PODER NA CIDADE DE SÃO PAULO. SÃO PAULO: VÊNETA, 2020.

SOVIK, LIV. AQUI NINGUÉM É BRANCO. RIO DE JANEIRO: AEROPLANO, 2009.

WARE, VRON. O PODER DURADOURO DA BRANQUIDADE: UM PROBLEMA A SOLUCIONAR. *IN*: WARE, VRON. BRANQUIDADE: IDENTIDADE BRANCA E MULTICULTURALISMO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2004. P. 7-40.